

13. INVESTIMENTOS: a. Informações das controladas

Controlada	Capital social		Quotas (lote de mil)		Patrimônio Líquido		Resultado do exercício		Participação em %		Participação PL	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Nice RJ Participações S.A. (*)	634.610	349.824	883.774	601.124	489.956	211.877	(6.707)	(19.308)	100,00%	100,00%	489.956	211.877
Drogarias Cipriano	268.816	253.816	268.816	253.816	276.913	254.772	8.079	11.826	100,00%	100,00%	276.913	254.772
Total	903.426	603.640	1.152.590	854.940	766.869	466.649					766.869	466.649

(*) Holding com investimentos em participação indireta de 100% na CSB Drogarias S.A. (rede Drogasimil) e na Rosário/COF (rede de Drograria Rosário).

b. Movimentação dos investimentos em 2020 e 2019

	2020		2019	
	Saldo	Transfe- rências	Saldo	Transfe- rências
Saldo em 01/01/2019	242.355	249.210	14.370	14.370
Equivalência patrimonial	(19.308)	11.826	(9.511)	(9.511)
Aumento de capital	5.000	-	-	-
Adoção inicial CPC 06 (R2) (*)	(16.170)	(6.894)	(7.395)	(7.243)
Equivalência patrimonial	211.877	254.772	(72.435)	(71.790)
Aumento de capital	284.786	15.000	100.002	180.000
Pagamento de dividendos	(338)	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	489.956	276.913	96.726	109.355

(*) Efeito da adoção do CPC 48 e 06 (R2) nas empresas controladas do varejo.

14. IMOBILIZADO

	31/12/2019		31/12/2020	
	Taxa	Custo	Adições	Depreciação acumulada
Total	10%	82.809	20.957	(54.251)
Beneficiárias	10%	26.081	2.034	(366)
Computadores e periféricos	20%	29.154	911	(501)
Móveis e utensílios	10%	12.055	3.826	(188)
Máquinas e equipamentos	20%	54.777	124.044	(15.895)
Veículos	20%	178.514	151.772	(19.454)

O Imobilizado do Grupo não apresentou, durante os exercícios findos em 31/12/2020 e 2019, indícios de impairment dos seus ativos imobilizados.

14.2 Depreciação

	31/12/2019		31/12/2020	
	Taxa	Custo	Adições	Depreciação acumulada
Total	10%	116.880	1.096	(11.680)
Beneficiárias	20%	19.853	2.055	275
Computadores e periféricos	10%	17.258	2.339	355
Móveis e utensílios	10%	6.790	1.156	131
Máquinas e equipamentos	20%	353	511	-
Veículos	20%	48.298	53.934	(5.177)

As controladas CSB, Cipriano e COF fazem transações comerciais de compra de mercadorias com suas controladas e, em consequência, o balanço patrimonial das mesmas apresenta o reconhecimento de risco financeiro para assegurar que contas a pagar sejam liquidadas dentro do prazo.

15. INTANGÍVEL

	31/12/2019		31/12/2020	
	Taxa	Custo	Adições	Depreciação acumulada
Total	20%	116.880	1.096	(11.680)
Beneficiárias	20%	10.585	1.096	1.539
Computadores e periféricos	20%	436.221	3.840	(4.437)
Móveis e utensílios	20%	436.221	142.252	(181.760)
Máquinas e equipamentos	20%	436.221	142.252	(181.760)
Veículos	20%	436.221	142.252	(181.760)

a. **Agio na aquisição da rede Tamolito:** Em 31/12/2020, o saldo de R\$ 178.540 (R\$ 178.540 em 31/12/2019), refere-se a aquisição de 100% da Rede de Drogarias Tamolito ocorrida em 23/12/2015.

b. **Agio na aquisição da rede CSB / Farmalife:** Em 31/12/2020, o saldo de R\$ 108.714 (R\$ 108.714 em 31/12/2019), referente à aquisição da CSB Drogarias S.A., ocorrida em setembro de 2013. **Agio na aquisição da rede Rosário:** Em 31/12/2020, o saldo de R\$ 148.997 (R\$ 148.997 em 31/12/2019), refere-se à aquisição de 100% das cadeias Rosário e COF, efetivada em novembro de 2016. **Teste de perda por desvalorização do agio e intangíveis com vida útil indefinida ("impairment"):** A Administração definiu cada rede de drogaria, separadamente, como uma unidade geradora de caixa ("UGC"). Uma vez que todas as operações foram integradas posteriormente ao processo de aquisição (gestão, sistemas, processos, etc.) e se beneficiam das sinergias das combinações, o saldo integral do agio no montante de R\$ 436.221 (R\$ 436.221 em 2019) e ativos intangíveis com vida útil indefinida foram alocados ao grupo de UGCs com prazo de redução ao valor recuperável. O teste de redução ao valor recuperável em 31/12/2020 considerou o fluxo de caixa descontado (dez anos) e uma taxa de crescimento terminal a partir de então à taxa de 10,3% ao ano (11,6% em 31/12/2019), e um crescimento projetado de 3,2% (4,2% em 31/12/2019) em uma base de perpetuidade. A Companhia considera os fluxos de caixa para 10 anos em aderência ao seu plano de expansão das lojas que estão superando por sua capacidade financeira. **Receita de vendas e despesas:** O crescimento da receita foi projetado levando em consideração: (i) e níveis médios de crescimento experimentados pela Companhia nos últimos cinco anos; e

(ii) conciliação da movimentação patrimonial com fluxo de caixa decorrentes de atividades de investimentos:

	31/12/2019		31/12/2020	
	Taxa	Custo	Adições	Depreciação acumulada
Total	20%	116.880	1.096	(11.680)
Beneficiárias	20%	10.585	1.096	1.539
Computadores e periféricos	20%	436.221	3.840	(4.437)
Móveis e utensílios	20%	436.221	142.252	(181.760)
Máquinas e equipamentos	20%	436.221	142.252	(181.760)
Veículos	20%	436.221	142.252	(181.760)

Em milhares de Reais

	31/12/2019	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro de 2020	216.693	216.693
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	369.987
Pagamento de arrendamento - direito de uso	-	(62.849)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	131.318	131.318
Liquidação de empréstimos e instrumentos financeiros	(278.406)	(238.825)
Juros pagos	(12.466)	(12.466)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(159.554)	39.581
Outras variações	561	(366)
Despesas com juros	72.717	(60.016)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(62.558)	(60.402)
Saldo em 31/12/2020	131.423	106.027

Em milhares de Reais

	31/12/2019	31/12/2020
Saldo em 01/01/2019	191.524	191.524
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento		
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	-	5.000
Pagamento de arrendamento - direito de uso	-	(58.996)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	133.750	133.750
Liquidação de empréstimos e instrumentos financeiros	(111.130)	(73.738)
Juros pagos	(13.881)	1.219
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	8.739	74.957
Outras variações	17.330	(10.344)
Despesas com juros	75.330	(57.700)
Total das outras variações relacionadas com passivos	18.436	(76.564)
Saldo em 31/12/2019	216.693	214.124

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL

O Grupo, como arrendatário, tem ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais basicamente relacionados a lojas e centros de distribuição. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos reconhece um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento. A seguir estão apresentados os movimentações de direito de uso:

	31/12/2019		31/12/2020	
	Saldo	Amortização acumulada	Saldo	Amortização acumulada
Saldo em 01/01/2019	137.789	40.806	137.789	40.806
Novos contratos	4.932	-	4.932	-
Rescisões contratuais	(4.018)	-	(4.018)	-
Depreciações	(48.298)	-	(48.298)	-
Saldo em 31/12/2019	126.279	40.806	126.279	40.806
Novos contratos	124.044	-	124.044	-
Rescisões contratuais	(10.424)	-	(10.424)	-
Depreciações	(53.934)	-	(53.934)	-
Saldo em 31/12/2020	185.965	40.806	185.965	40.806

As principais causas trabalhistas provisionadas no consolidado estão pluriverbiais e têm origem em solicitações de horas extras e danos morais. As principais causas tributárias provisionadas na posição consolidada, são pela aquisição da rede Rosário e tem origem em diferenças em recolhimentos de ICMS, Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas, originadas em exercícios anteriores a aquisição. Em 31/12/2020, existem outros processos avaliados pelo Grupo com risco de perda possível no montante aproximado de R\$ 30.824 no consolidado (R\$ 44.097 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída. As contagens com risco de perda possível são pluriverbiais. As principais causas referem-se a: cíveis - ação por indenização de danos morais, materiais e produtos vendidos; trabalhistas - horas extras, adição de trabalho noturno, diferenças salariais e comissão; tributárias - não recolhimento de ICMS e ICMS ST.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. **Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos, são registros de perda para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis:

	31/12/2019		31/12/2020	
	Saldo	Amortização acumulada	Saldo	Amortização acumulada
Total	18.436	(76.564)	214.124	(634.017)

b. **Total de imposto de renda e contribuição social - não circulante e diferido:**

	31/12/2019	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social ativos	2.248	2.448
Imposto de renda e contribuição social passivos	(46.925)	(46.925)

O Grupo avalia que não há riscos de recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo em vista o estudo de oportunidade baseado em projeção de resultados futuros que leva em consideração os recursos da esfera pública de ações, bem como certas premissas referidas tais como taxa de crescimento e margem bruta. Conforme efeito: a conciliação da despesa calculada pela aplicação dos alíquotas fiscais combinadas e de outras ações (excluídas)

	31/12/2019		31/12/2020	
	Taxa	Custo	Adições	Depreciação acumulada
Total	20%	116.880	1.096	(11.680)
Beneficiárias	20%	10.585	1.096	1.539
Computadores e periféricos	20%	436.221	3.840	(4.437)
Móveis e utensílios	20%	436.221	142.252	(181.760)
Máquinas e equipamentos	20%	436.221	142.252	(181.760)
Veículos	20%	436.221	142.252	(181.760)

O Grupo optou pela adoção do expediente prático, em que não é feita nenhuma reavaliação no valor do direito de uso e suas contrapartidas. Desta forma o montante do benefício recebido através de desconto no pagamento do arrendamento foi registrado como resultado operacional, estando esta metodologia em conformidade com a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2).

	31/12/2019		31/12/2020	
	Taxa	Custo	Adições	Depreciação acumulada
Total	20%	116.880	1.096	(11.680)
Beneficiárias	20%	10.585	1.096	1.539
Computadores e periféricos	20%	436.221	3.840	(4.437)
Móveis e utensílios	20%	436.221	142.252	(181.760)
Máquinas e equipamentos	20%	436.221	142.252	(181.760)
Veículos	20%	436.221	142.252	(181.760)

Em milhares de Reais

	31/12/2019	31/12/2020
Saldo em 01/01/2019	13.962	24.125
Reversões	10.045	617
Reversões	(17.519)	(15.989)
Reversões	24.125	28.919
Reversões	1.285	1.711
Reversões	(11.448)	(530)
Saldo em 31/12/2020	13.962	6.575

20. **PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:** O Grupo e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2019		31/12/2020	
	Taxa	Custo	Adições	Depreciação acumulada
Total	20%	116.880	1.096	(11.680)
Beneficiárias	20%	10.585	1.096	1.539
Computadores e periféricos	20%	436.221	3.840	(4.437)
Móveis e utensílios	20%	436.221	142.252	(181.760)
Máquinas e equipamentos	20%	436.221	142.252	(181.760)
Veículos	20%	436.221	142.252	(181.760)

A D1000 Varejo Farma S.A. (controladora) e suas controladas despesam o regime de tributação pelo lucro real anual apurado através de balanços de diretos mensais.

22. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE SUBSIDIÁRIA

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	Justo	Valor	Justo
Total	4.061	3.031	4.061	3.031

Não circulante

	31/12/2020	31/12/2019
Aquisição da rede Rosário	8.000	12.000
Total	8.000	12.000

Movimentação renegociação valores a pagar: Em dezembro de 2019, ocorreu uma renegociação em relação ao valor, termos e condições das contas a pagar de aquisição de Rosário. O efeito foi a redução da dívida relacionada no valor de R\$ 63.993 (sendo R\$ 5.000 dessa dívida paga durante 2019). A dívida em 31/12/2019 de R\$ 15.031 está sendo paga em 15 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, no montante de R\$ 1.000, sendo a primeira em 01 de abril de 2020 e última em 01 de outubro de 2023, sujeito a juros remuneratórios equivalentes a 110% do CDI. Esse reconhecimento foi reconhecido como receita financeira em 2019.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social:** O capital social integralizado é de R\$ 1.035.325 em 31/12/2020 (R\$ 634.017 em 31/12/2019), dividido em 50.602.842 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (675.473.168 em 31/12/2019). Em abril, a Companhia realizou um aumento de capital de R\$ 1.193 representado por 1.192.760 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada. Em agosto, a Companhia realizou um agrupamento das ações ordinárias passando de 676.665.928 ações ordinárias para 27.066.637 ações ordinárias. A posteriori, a Companhia realizou uma oferta pública de ações de distribuição primária de 23.536.205 (nove e três mil, quinhentas e trinta e seis mil e duzentas e cinco) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Todas livres e desembaracadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações" e "Oferta", respectivamente), ao preço de R\$17,00 por Ação ("Preço por Ação"), perfazendo o montante total de R\$ 400.115. **b. Reserva de lucros - Reserva legal:** Constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2020, não foi constituída a Reserva Legal pelo fato de compensando prejuízo de exercícios anteriores. **c. Dividendos:** O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76. Não foi constituído provisão para pagamento de dividendos mínimo obrigatório pelo fato do grupo ter compensando prejuízo de exercícios anteriores.

24. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado básico: O cálculo básico do resultado por ação em 31/12/2020, foi feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de cada ação ponderada por ações ordinárias disponíveis durante o exercício, comparativamente com o exercício findo em 31/12/2019, conforme quadro abaixo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
Total	123	(7.487)	50.603	675.473
Resultado por ação básico (R\$)	0,002	(0,011)		

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria ("Comitê"), órgão assessor não estatutário do Conselho de Administração, no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A. ("Companhia") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o relatório da Administração e o relatório (parecer de auditoria) emitido, sem ressalvas, pela KPMG Auditores Independentes e considerando o disposto no artigo 9º, parágrafo único, inciso III, da Instrução CVM 481/2009, emite o seguinte parecer: "A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A., assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as

informações financeiras. O Auditor Independente é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da D1000 Varejo Farma Participações S.A., e que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas

responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração." Rio de Janeiro, 12 de março de 2021. **Fernando Perrone** - Coordenador do Comitê de Auditoria e membro Independente do Conselho de Administração. **Pedro Jaime Cervatti** - Membro com Reconhecida Experiência em assuntos de contabilidade societária. **Armando Sereno Diógenes Martins** - Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Valor recuperável dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferido

Veja as notas explicativas 4n e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui em seu ativo imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias. A realização desses ativos de imposto de renda e contribuição social diferido é fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros. Para fins de avaliação do valor recuperável desses ativos, a Companhia utiliza premissas nas projeções de lucros tributáveis futuros, que incluem, entre outras, i) projeções de taxa de crescimento e ii) margem bruta projetada. Devido ao alto grau de julgamento envolvido para determinar tais projeções, bem como às incertezas associadas, e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, classificamos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave associados ao processo de determinação dos valores recuperáveis dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferido; e com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas significativas utilizadas pela Companhia, tais como: i) projeções de taxa de crescimento e ii) margem bruta projetada, comparando-as com fontes internas e externas e efetuando análise de sensibilidade; e avaliação do exercício no qual as diferenças temporárias irão se reverter no futuro; e Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferido, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração

das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2021

Aos administradores e acionistas da D1000 Varejo e Farma S.A.

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo e Farma S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da D1000 Varejo e Farma S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável do grupo de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis sem vida útil definida

Veja notas explicativas 4k e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 apresenta ativos intangíveis sem vida útil definida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura ("ativos"), oriundos de combinações de negócios, cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros do grupo de unidades geradoras de caixa ("UGCs") representado pelo conjunto de drogarias. A Companhia avalia o valor recuperável desses ativos com base nos fluxos de caixa descontados do grupo de UGCs, elaborado com base em julgamentos significativos e uso de premissas, que incluem: i) projeções de taxa de crescimento, ii) taxa de desconto e iii) margem bruta projetada. Devido à relevância do valor desses ativos, ao julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados, bem como às incertezas associadas, e considerando o impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave associados ao processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises de valor recuperável; e comparação do resultado projetado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no orçamento aprovado pela Companhia com o resultado real do referido exercício, avaliando a precisão das estimativas elaboradas pela Companhia; e envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliação das metodologias e as premissas significativas utilizadas para o grupo de UGCs, tais como: i) projeções de taxa de crescimento, ii) taxa de desconto e iii) margem bruta projetada, comparando-as com fontes internas e externas, bem como efetuando análise de sensibilidade; e Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis sem vida útil definida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Juliana Ribeiro de Oliveira
Contador CRC RJ-095.335/O-0